

RELATÓRIO - VISITA TÉCNICA REALIZADA EM 24/10/2023
ASSENTAMENTO PIRANEMA - FUNDÃO/ES

Aos 24 de outubro de 2023, às 10h, na sede da Associação dos Assentados e Pequenos Produtores Rurais de Piranema – ASPIRA, localizada no Assentamento Piranema, em Fundão/ES, iniciou-se a reunião designada pela Comissão de Soluções Fundiárias do TRF2, na qual estiveram presentes diversas autoridades interessadas (listagem anexa), ocupantes do Assentamento e seus representantes.

A reunião foi iniciada pelo Sr. Messias, Vice Presidente da ASPIRA, o qual deu as boas-vindas aos presentes.

Logo em seguida o desembargador Dr. Ricardo Perlingeiro, presidente da Comissão, explicou que a atuação desta está pautada em estabelecer diálogo com os ocupantes, conhecê-los e ouvi-los, a fim de buscar uma saída digna para todos.

Ato contínuo o Dr. Vigdor Teitel, juiz federal convocado, ratificou que estavam ali para ouvir os ocupantes com o objetivo de buscar uma solução mediada para o caso, ou seja, um acordo.

Em seguida, Dr. Vinícius Moreschi Moschen, advogado da ASPIRA, pontuou seu desejo de que a Comissão buscasse regularizar a ocupação daqueles que se encontram em situação que, em tese, poderia se enquadrar nos termos da reforma agrária e que, por outro lado, aqueles que não se enquadrassem, deixassem o Assentamento de maneira digna e amparada. Finalizou entregando ao Dr. Vigdor uma lista com os números dos processos que hoje tramitam na Justiça Federal de Serra, referentes às ocupações irregulares no Assentamento Piranema.

Logo após, o Sr. José Brito Ribeiro, o qual se identificou como diretor da ASPIRA, fez uma breve explanação sobre a criação da Associação e demonstrou preocupação com eventuais situações de truculência ou violência que possam surgir caso as reintegrações de posse venham a ocorrer. Falou também sobre o uso da terra pelos ocupantes, que vai desde a criação de animais até a plantação de gêneros alimentícios como café, cana de açúcar e banana, entre outros, e mencionou que a Associação está se dedicando à criação de projetos com atuação coletiva (uma padaria para mulheres e um local para beneficiamento de pimenta do reino), o que não existe hoje no Assentamento.

A Dra. Aline Rudio Soares Fracalossi, advogada residente na cidade de Fundão e representante de vários ocupantes do Assentamento, relatou a dificuldade que vários deles têm encontrado em obter documentos junto ao INCRA. Relatou que os ocupantes comparecem à autarquia com o objetivo de tentar regularizar sua ocupação, levam os documentos solicitados, porém não têm notícia do andamento ou da conclusão destes processos.

Diante disso o Senhor Diogo de Paula Lima, representante do INCRA na reunião, apresentou-se aos presentes e disse que participou da equipe que constatou as irregularidades no Assentamento Piranema na vistoria realizada entre os anos 2010/2011. Explicou ainda que a atuação da autarquia e dos seus servidores está pautada na lei, a qual estabelece as regras a serem seguidas, e que eles não possuem discricionariedade na atuação. Que tentaram resolver as questões referentes às ocupações irregulares no âmbito administrativo, porém esbarraram em critérios legais e não obtiveram êxito. Reconheceu ainda que alguns ocupantes possam não ter obtido resposta aos processos administrativos ajuizados, alegando falta de pessoal e de verba para dirigir-se ao local.

Em seguida o Dr. Daniel, representante do MPF, explicou a atuação do órgão na questão em tela e declarou que estavam ali para conhecer pessoalmente o Assentamento e os ocupantes.

Logo após apresentou-se o Dr. Gelson Antônio do Nascimento, procurador geral do Município de Fundão, o qual informou que no Assentamento atualmente residem 730 pessoas e que existe interesse público envolvido, tendo em vista que o município oferece serviços de assistência social, saúde, educação e infraestrutura aos moradores. Frisou que o local também demanda atuação do Estado do Espírito Santo e do Governo Federal e que o município de Fundão está à disposição para tentar ajudar na solução do caso da melhor maneira possível, porém que conta com a ajuda dos governos Estadual e Federal.

Diante disso o Dr. Ricardo Occhi, procurador do Estado do Espírito Santo, afirmou que o governo do Estado também está à disposição da Comissão de Soluções Fundiárias e dos ocupantes do Assentamento para atuarem em conjunto.

Nessa seara o Dr. Renato Pazito Silva, gerente de Políticas de Promoção de Direitos e Cidadania, representando a secretaria de Direitos Humanos do Estado do Espírito Santo, explicou que o governo do Estado estabeleceu um rígido protocolo a ser seguido em caso de reintegrações de posse, com extenso preparo prévio à atuação com o objetivo de amenizar e evitar o surgimento de conflitos.

Ato contínuo a Dra. Karina Rocha Mitleg Bayerl, Defensora Pública Federal, fez uma breve apresentação da instituição e frisou que a instituição terá sua atuação pautada na preservação do direito dos envolvidos.

Da mesma forma a deputada estadual Camila Valadão, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, colocou a si e a referida comissão à disposição.

Em seguida solicitou a palavra o Sr. Edival, o qual declarou ter adquirido um lote no Assentamento há 10 anos, por R\$ 130 mil reais. Declarou ainda que trabalha em sua terra, onde tem 20 mil pés de café plantados, e que dali tira seu sustento. Declarou, por fim, que buscou regularizar sua ocupação junto ao INCRA, porém não logrou êxito.

Diante disso, Diogo (representante do INCRA) se comprometeu a fazer uma nova análise/reavaliar individualmente cada caso de ocupante que procurou a autarquia e apresentou documentos administrativamente em busca de regularizar sua ocupação, apresentando a eles uma resposta ao final dessa reanálise. Comprometeu-se, ainda, a realizar um levantamento atualizado dos ocupantes dos Assentamento Piranema, separados por grupos e categorizados, e a apresentar os resultados nos autos do Incidente instaurado, por meio da Procuradoria Federal. Para tanto será criado um formulário próprio, cujas perguntas serão feitas a cada família ocupante. O prazo concedido para conclusão e apresentação do resultado desse levantamento foi de 90 dias.

Mediante solicitação de Diogo, a ASPIRA, na pessoa dos Srs. Messias e José Brito, se comprometeu a trabalhar em conjunto com o INCRA na realização desse levantamento atualizado de ocupantes.

Logo após, muito emocionada, a Sra. Carla, filha do ocupante Carlos Moreschi, relatou que seus pais moram no Assentamento desde 2012 e que, assim como outros ocupantes, procuraram o INCRA a fim de regularizar a ocupação, porém não tiveram resposta. Expôs a situação do seu pai, que vive de sua terra e não tem para onde ir caso ocorra a reintegração de posse pleiteada. Relatou que desde que ele foi comunicado da intimação para desocupação voluntária do seu lote está com depressão e inquietação quanto ao seu futuro, não sabe se continua cuidando dos alimentos plantados e investindo na terra ou se suspende as atividades e, nesse caso, de onde tiraria seu sustento.

Também emocionado, o ocupante Sr. Willes Pereira Claudino declarou que foi mais um dos que procurou o INCRA a fim de regularizar a ocupação, porém não obteve resposta. Relatou que tem um filho em tratamento do câncer e que, da mesma maneira que o Sr. Carlos, o recebimento da intimação para desocupação voluntária do seu lote tem lhe causado inquietação e insegurança quanto ao seu futuro e de sua família.

Caíque, que se identificou como filho de assentado, abordou que a comercialização de lotes continua ocorrendo no Piranema e dirigiu-se aos demais ocupantes presentes solicitando que trabalhassem em conjunto a fim de impedir a continuidade dessa comercialização, pelo bem do Assentamento.

Finalizando a reunião na sede da ASPIRA, também a Sra. Maraildes, residente do Assentamento desde 2017, manifestou suas preocupações e incertezas quanto ao seu futuro e de sua família diante das ações de reintegrações de posse ajuizadas, em trâmite há anos.

Ato contínuo a Comissão de Soluções Fundiárias, acompanhada das autoridades presentes, partiu para realizar uma vistoria in loco no Assentamento, dirigindo-se inicialmente ao Lote 26, onde residem o Senhor José Carlos Moreschi e a esposa Vanessa de Almeida Lopes. No caminho passou por plantações e diversas residências.

Logo em seguida dirigiram-se até a chamada “área social” do Assentamento, onde estão estabelecidas a Escola Municipal Paulo Freire e a quadra de esportes. Os Srs. José Brito e Messias, membros da Associação, explanaram algumas questões sobre o Assentamento e apontaram que ali ao redor existe um bar chamado “Rancho Piranema” e duas Igrejas, sendo uma católica e uma Assembleia de Deus.

Por fim, o Dr. Vigdor Teitel encerrou a visita técnica.



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

EXTRATO DE ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE
14/11/2023

INCIDENTE DE SOLUÇÕES FUNDIÁRIAS Nº 5012166-78.2023.4.02.0000/ES

INCIDENTE: QUESTÃO DE ORDEM

RELATOR: JUIZ FEDERAL VIGDOR TEITEL

PRESIDENTE: DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO PERLINGEIRO

REQUERENTE: JUÍZO SUBSTITUTO DA 1ª VF DE SERRA

REQUERIDO: PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SOLUÇÕES FUNDIÁRIAS

Certifico que a Comissão de Soluções Fundiárias, ao apreciar os autos do processo em epígrafe, proferiu a seguinte decisão:

A COMISSÃO DE SOLUÇÕES FUNDIÁRIAS DECIDIU, POR UNANIMIDADE, HOMOLOGAR O RELATÓRIO DA VISITA TÉCNICA REALIZADA NO ASSENTAMENTO PIRANEMA, FUNDÃO/ES, CONSTANTE DOS EVENTOS 74, 75 E 76. MANIFESTAÇÃO ORAL: JAILTON FERNANDES, PELO INCRA. SESSÃO PRESENCIAL REALIZADA EM 14.11.2023. DISPENSADA A LAVRATURA DO ACÓRDÃO.

VOTANTE: JUIZ FEDERAL VIGDOR TEITEL

VOTANTE: JUIZ FEDERAL JOSE EDUARDO NOBRE MATTA

VOTANTE: JUÍZA FEDERAL GERALDINE PINTO VITAL DE CASTRO

DELY BARBOSA DERZE
Secretária